

# O CONCEITO DE TERRITÓRIO COMO CAMPO DE PODER MICROFÍSICO

**Júlio Ambrozio**

Prof. Dr. do Departamento de Geociências. Universidade Federal de Juiz de Fora. Rua José Lourenço Kelmer, s/n - Campus Universitário, Bairro São Pedro - CEP: 36036-900 - Juiz de Fora - MG.  
E-mail: jambrozio@hotmail.com

## Resumo

Raffestin conduziu uma concepção de território que influenciou e ainda estimula variados trabalhos geográficos no Brasil. O objetivo aqui é demonstrar a relevância de Michel Foucault, com a sua microfísica simétrica e relacional do poder, no referido conceito de Raffestin.

**Palavras-chave:** território, microfísica, cultura, espaço, poder.

## Résumé

Raffestin a mené une conception de territoire qui a influencé et stimulé et stimule encore des ouvrages géographiques variées au Brésil. L'objectif ici est de montrer la pertinence de Michel Foucault, avec sa microphysique symétrique et relationnelle de pouvoir dans ce concept de Raffestin.

**Mots-clés:** territoire, microphysique, culture, espace, pouvoir.

*Por uma Geografia do Poder*,<sup>1</sup> a começar de sua primeira edição — ainda que somente fosse a edição brasileira —, tem permanecido como liminar referência para todos aqueles interessados nos estudos sobre o território. Raffestin conduziu uma concepção de território cuja marca, nos anos que se seguiram a edição desse livro, fez-se presente em variados trabalhos geográficos no Brasil. Alguns não deixaram inclusive de exercitar suas paráfrases estribadas nesse livro que articula poder e território.

Claude Raffestin parece guardar certo parentesco com os velhos humanistas curiosos de muitos assuntos e, por conseguinte, um tanto próximo do ensaísmo circulador de variados saberes. A longa citação adiante daria alguma medida desse vínculo:

Eu devo reconhecer que, depois de meus estudos universitários, não tendo a oportunidade de estudar

<sup>1</sup> RAFFESTIN, C. *Pour Une Géographie Du Pouvoir*, Licet, Paris, 1980; *Por uma Geografia do Poder*, ed. Ática, SP, 1993.

no estrangeiro, eu li muito e minha formação foi, em parte, aquela de um autodidata. Sem dúvida, eu conservei dessa época um gosto muito grande pelas leituras extensas, não apenas em geografia, mas em muitos outros domínios. Dessa época eu também conservei o hábito de falar para os estudantes que eles deveriam ler muito e em muitos domínios do conhecimento. Com efeito, minhas raízes intelectuais são tanto em geografia quanto em história, tanto em economia quanto em antropologia e em filosofia. Hoje, isso parece herético porque nós estamos em uma época de intensa especialização, mas é sem dúvida, mesmo não sendo recomendável, o que me permitiu renovar, um pouco, a geografia política. É dessa época que eu conservei, também, o hábito de ler obras originais e não os comentários sobre elas. (RAFFESTIN, 2008).<sup>2</sup>

<sup>2</sup> "Entrevista com o Prof. Dr. Claude Raffestin – Universidade de Genebra", *Revista Formação*, PPGeo, UNESP, Presidente Prudente, n. 15, v.1, 2008, Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/revista/index.php>, acesso: 28/02/2012.

Teria sido, pois, desse caráter transitivo que surgiu *Por uma Geografia do Poder*, livro cuja presença de Michel Foucault é notável. Diga-se a propósito, que a geografia anotara a dicção espacial de Foucault desde a segunda metade dos anos de 1970: além do livro de Raffestin, havia já uma entrevista de *Hérodote* com Foucault.<sup>3</sup>

A geografia parece ter sido sensível à gramática espacial de um poder que, segundo Foucault, não se detém, mas se exerce.

Em relação ao livro de Raffestin, talvez não haja novidade alguma, nesta altura, fazer menção a Foucault. Afinal, *Por uma Geografia do Poder* — como fonte de esclarecimento — conserva-se firme e constante na biblioteca geográfica brasileira. Dir-se-ia que Raffestin, desde a sua chegada ao Brasil, permanece como um grande abrigo que envolve inúmeros trabalhos debruçados sobre campo assentado em conceito de poder considerado simétrico, fundamentalmente positivo, além de prolixo e regularmente dissipado, por conseguinte, poder microfísico debilitante da centralidade estatal em benefício de grande número de forças relacionais imanentes à extensão em que essas mesmas forças são postas em ação.

Embora Foucault evitasse enunciar um conceito totalizante de poder, ele existiria, ao menos minimamente; afinal, sem a existência de conceito geral, seria extravagante apontar o poder microfísico no lugar estratégico em que se revelaria (BOITO JR.). Visto que não se possuiria, mas se exerceria o poder, para Foucault, inicialmente, não se colocara a indagação:

— *O que é o poder?*<sup>4</sup>

Se a propusesse, Foucault instalaria uma contradição em sua genealogia — não se deve esquecer que defendera a presença de um poder difuso e relacional. Essa averiguação teórica, então, proclamaria algo objetivado e socialmente concentrado: pergunta que, de antemão, necessariamente aproximava, unificava ou

<sup>3</sup> “Questions à Michel Foucault sur la géographie”. In: *Hérodote*, n.1, jan./mar., 1976. Esse diálogo adiante fora incluído na edição italiana de *Microfísica Del Potere*, de Michel Foucault, da Torino, Einaudi, Roma, 1977, organizada por Pasquali Pasquino e Alexandre Fontana; edição que teria servido de base para a primeira edição brasileira de *Microfísica do Poder*, pois esta — organizada por Roberto Machado para a editora Graal, RJ, 1979 — agregou outros textos. A entrevista de *Hérodote*, se não estou em erro, foi primeiramente publicada no Brasil pela *Comum*, FACHA, v.1, n. 2, abr./jun., RJ, 1978. Em relação ao diálogo com Foucault, inicialmente aparenta uma espécie de cobrança ressentida. De fato, começa mal a entrevista; embora melhor substantivamente no curso da conversa. O próprio Foucault, ao final, observara que sua apreensão tinha se modificado favoravelmente entre o começo e o fim das questões.

<sup>4</sup> Adiante, ver também notas 17 e 20.

mesmo sistematizava a sua ideia de poder ao redor exatamente daquilo que não procurou Foucault — o poder materializado na soberania política, seja vinculada à concepção jurídica ou liberal do poder, da qual o ato original é a cessão de um poder individual em benefício do soberano;<sup>5</sup> seja de viés marxista, cujo poder é circunvizinho ao Estado, e a uma classe dominante que se serve dele como instrumento de dominação burguesa e de reprodução do capitalismo (FOUCAULT, 1979, p. 174; 1980, pp.127-128).

Respondendo a uma indagação da referida *Hérodote* sobre a necessidade de se acrescentar, aos círculos de encarceramento,<sup>6</sup> as esferas da cidadania e do exército — dado que a Geografia realçaria as linhas das fronteiras nacionais ou mesmo municipais —, Foucault respondera que, a despeito de sedutora a ideia, em sua hipótese o indivíduo não é a peça sobre a qual o poder se lança; o indivíduo, continuara Foucault, assentado em si mesmo com sua identidade e características, é produto relacional de poderes que se exercem sobre a sua corporalidade, valendo movimentos, forças, desejos e multiplicidade (FOUCAULT, 1979, pp. 161-162).

Em sua genealogia, o exercício relacional é a origem móbil do poder, pois este propriíssimo poder não é

[...] um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou um grupo sobre outro, e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessam o corpo social inteiro. [...] O poder não é algo que se adquira, arrebate ou compartilhe, algo que se guarde ou deixe escapar; o poder se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis. (FOUCAULT, 1980, pp. 88-90).

Com respeito ao segundo segmento da citação anterior, diga-se de passagem, Gérard Lebrun (1981, p. 21) notou que mesmo não sendo o poder uma coisa, ele ainda assim se converte em objeto ou matéria, visto que é desse modo que os homens o figuram. Em todo caso, para Foucault o poder não se constitui de uma dedução a partir do centro; ele procede de uma inversão: das extremidades, ou da periferia, para o centro. Essas extremidades estariam figuradas na doença, na

<sup>5</sup> A escrita hobbesiana relativamente a origem do Estado seria bom exemplo: “Cedo e transfiro meu direito de governar-me a mim mesmo a este homem, ou a esta assembleia de homens, com a condição de transferires a ele teu direito, autorizando de maneira semelhante todas as suas ações. Feito isso, à multidão assim unida numa só pessoa se chama Estado, em latim *civitas*”. (HOBBS, p. 105).

<sup>6</sup> Círculos de reclusão tipificados, por exemplo, no hospício, na prisão, no hospital.

loucura, na sexualidade, na delinquência. Com Foucault, os exames da origem e formação da mecânica de controle do internamento hospitalar, da loucura, da sexualidade e do delinquente demonstrariam o estabelecimento de microfísica do poder que, adiante, teria sido absorvida pelo centro — localizado, por Foucault, sobretudo na burguesia e no seu capitalismo, já que procederia da estremadura e não do Estado soberano o poder. Embora para tal centro não fosse essencial o controle ou a exclusão desse campo de marginalidades. Dir-se-ia, pois, que o direto interesse da burguesia foi exatamente o poder disciplinar que surgira dessa técnica ou economia microfísica que esse mesmíssimo centro soube se apropriar.

A burguesia não se interessa pelos loucos, mas pelo poder; não se interessa pela sexualidade infantil, mas pelo sistema de poder que controla; a burguesia não se importa absolutamente com os delinquentes nem com sua punição ou reinserção social, que não têm muita importância do ponto de vista econômico, mas se interessa pelo conjunto de mecanismos que controlam, seguem, punem e reformam o delinquente. (FOUCAULT, 1979, p. 186)

Se for correta, como parece, a observação de Armando Boito Jr., ao escrever que a hipótese essencial do poder em Foucault “[...] é a ideia de que a relação de poder é uma relação interindividual.” (BOITO JR., 2007, p. 31), não é difícil, então, apreender esse mesmo poder como certa espécie de campo de guerra ou combate — uma mecânica espacial na qual ninguém portaria absolutamente soberania, ainda que ocorressem posições ou estratégias que propiciassem domínio ou exercício de poder.

O caso é que, do mesmo modo que Foucault buscara afastamento do poder concebido pelos vieses liberal e marxista, reduzindo a menos o poder do Estado, Claude Raffestin procurou distância da geografia de corte ratzeliano que enxergara o território como condição absoluta do Estado.

A geografia política clássica é na verdade uma geografia do Estado, o que seria necessário ultrapassar propondo uma problemática relacional, na qual o poder é a chave — em toda relação circula o poder que não é nem possuído nem adquirido, mas simplesmente exercido. (RAFFESTIN, 1993, p. 7).

Não é à toa, aliás, que Raffestin (1993, p. 53) mencione algumas asseverações que estão na base da *História da Sexualidade* (FOUCAULT, 1993, pp. 89-91) e, sobretudo, do conceito de poder em

Foucault. Raffestin acentua exatamente aquelas proposições que transformam o seu território em privilegiada expressão espacial do poder concebido como microfísico.

Com efeito, o conceito de território por ele estabelecido não apenas demonstra a influência substantiva de Foucault, mas, especialmente, serve como veículo de transmissão de sua microfísica. É o próprio Raffestin quem escreve: “Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder.” (1993, p.144). Dado que, para Raffestin, o território decorre de uma produção do espaço — produção, ademais, que envolve múltiplas relações —, o que se constitui é um arranjo de relações denominado “campo de poder”, ou território de luta, resultante do entrelaçamento espacial de poderes que permanentemente disputam posições que possibilitam não a conquista definitiva, mas o exercício provisório ou instável do poder territorial. Decorrente da inversão de notória proposição de Clausewitz,<sup>7</sup> quando Foucault escreve que “[...] poder é guerra, guerra prolongada por outros meios [...]”, ou mesmo “[...] política é a guerra prolongada por outros meios.” (1979, p. 176), dir-se-ia que, para Raffestin, território, como campo de poder, é guerra permanente sustentada no espaço.

Da mesma maneira que, em Foucault, o poder é conjunto de relações ou mesmo certo corpo fluente, em *Por uma Geografia do Poder* o território carrega consigo distância da fonte ordem-obediência, no interior da qual alguém detém e outro não o poder. Em Raffestin, pois, o território não seria oriundo de arranjo assimétrico — guardado estrategicamente pelo Estado — entre grupos dominantes e dominados que repercutiria de cima para baixo até as fronteiras da textura socioespacial. A suposição básica de Raffestin é que o território é uma relação interespaçial de poder, i. é, espaço que se constitui como campo de guerra permanente de poderes relacionais. Aqui, certamente, o território se encontra diminuído dos efeitos da ação do Estado em favor de numerosas dimensões ou multiespaçialidade de poderes. Para Raffestin, então, o território nasce de entrelaçamento espacial de poderes fluidicos — estruturados em (superfícies) — tessituras, (pontos) — nós, (linhas) — redes — que propriamente da ação do poder de Estado:

<sup>7</sup> A passagem se encontra na seção 24, assim titulada: “A Guerra é uma mera continuação, por outros meios, da política”. Logo no início do segmento, lê-se: “Vemos que a guerra não é só um acto político, como também um autêntico instrumento político, uma continuação do comércio político, um modo de levar o mesmo cabo, mas por outros meios.” (Clausewitz, p. 46).

De fato, o Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações. O mesmo se passa com as empresas ou outras organizações, para as quais o sistema precedente constitui um conjunto de fatores favoráveis e limitantes. O mesmo acontece com um indivíduo que constrói uma casa ou, mais modestamente ainda, para aquele que arruma um apartamento. Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem territórios. Essa produção de territórios se inscreve perfeitamente no campo do poder de nossa problemática relacional. (RAFFESTIN, 1993, pp. 152-153).

É de se observar que Raffestin indica somente diferenças em graus nos atores que usa como exemplos nessa citação anterior. O Estado, as empresas, os indivíduos — produtores territoriais — não estão ali confrontados como gênero, característica, qualidade ou essência que permitiria enxergar esses mesmos atores com um poder de ação territorial não simétrico e, por conseguinte, demonstrativo do fato de um ator, ou mais de um, determinar bem mais que outro convizinho arranjo territorial.

Interessante agora talvez fosse trazer novamente à memória Foucault. Pois dele provém certa genealogia: o estudo dos vestígios fundadores do poder relacional na estremadura social figurada no estabelecimento da doença, no nascimento da loucura, no controle da sexualidade e do presídio que vão se assentando especialmente a partir do século XVIII.<sup>8</sup> Genealogia, na verdade, buscadora da constituição da maquinaria do poder disciplinar, cuja linhagem viveria no interior de relações de saberes criados a partir daqueles círculos de reclusão — círculos nascidos precisamente ao redor da referida estremadura. Em Foucault, relações microfísicas nascidas ao lado, debaixo, à margem do Estado são criadoras de poderes disciplinares que, a despeito de apropriados pela burguesia e sua economia

<sup>8</sup> Um exemplo: a medicina moderna estaria menos vinculada aos seus avanços científicos que ao nascimento da clínica, cuja hospitalidade, no século XVIII, vai deixando de ser o espaço da pobreza para a morte e se convertendo no nosocômio da internação da doença; desvio estribado em alterações que se fizeram ao redor da medicina e de seus objetos, teorias e juízos, que propiciariam um saber/poder que faria nascer medicina socioespacial, valendo consciência política da moléstia, ou mesmo do achaque, por exemplo, personificada nos processos higiênicos e urbanos do século XIX levado a cabo pela autoridade médica transformada em administradora pública; desvio, ademais, que originaria um saber/poder acerca do sujeito como corporalidade doente obrigado à violação de sua independência. Cf. Foucault (1977), sem esquecer, na orelha desse mesmo livro, a pequena intervenção de Roberto Machado.

capitalista, quase fariam evaporar esse mesmo Estado ao não concebê-lo como fonte, mas escoadouro do poder.<sup>9</sup>

Semelhante a Foucault, Raffestin vasculhou fatores microscópicos que constituiriam o território sem a importante contribuição do Estado. Claude Raffestin menoscabou o Estado devido ao acentuado ponto de vista foucaultiano de seu livro. “Por uma Geografia do Poder” recuperou a usual partilha entre população, território e recursos para levar a cabo outra geografia política distante da concepção de poder como instrumento estratégico de reprodução de relações de produção.<sup>10</sup> O campo de poder de Raffestin, diminuído de certa totalidade econômica e política, constituiu-se devido a sua atenção metodológica direcionada para elementos espaciais microfísicos – (superfícies)-tessituras; (pontos)-nós; (linhas)-redes, segundo Raffestin, presentes em qualquer sociedade, sendo mesmo “[...] invariáveis propriamente geográficas [...] três subconjuntos estruturais que sustentam a prática espacial.” (RAFFESTIN, 1993, pp. 151-152).

O vocábulo tessitura, vinculado à concepção de extensão ou limite, propiciara Raffestin observar que qualquer território se acha submetido a alguma fronteira, linha de demarcação que manifesta os confins socioespaciais de qualquer grupamento social. Em Raffestin, portanto, a tessitura marca os limites do exercício do poder:

A tessitura é sempre um enquadramento do poder ou de um poder. A escala da tessitura determina a escala dos poderes. Há os poderes que podem intervir em todas as escalas e aqueles que estão limitados às escalas dadas. (RAFFESTIN, 1993, p. 154).

Nó ou ponto é outro elemento estrutural do território de Raffestin. O ponto manifesta o lugar ou mesmo a

<sup>9</sup> Acerca deste ponto, ver: Gérard Lebrun (1983).

<sup>10</sup> Sua Geografia política se afasta, por exemplo, de uma afirmação do *Manifesto do Partido Comunista*, aparecido primeiramente em 1848: “O Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa”. Evidentemente, poder de Estado e poder de Classe não se confundem, pois sendo o Estado um veículo institucional – o meio essencial e mais elevado – para certificar o poder de classe, ele, contudo, porta certa espécie e grau de autonomia relativa; liberdade ou distância relativa do poder de classe que se manifestaria, outro exemplo, em conjunturas ou acontecimentos embaraçosos na qual um Estado tomaria para si a tarefa ditatorial, dir-se-ia bonapartista, de conduzir diretamente os interesses de acumulação material da burguesia, ainda que contra ela mesma a burguesia. Já uma classe, e seu poder, fundamentalmente resulta de sua posição ou junção comunicante com as relações sociais de produção.

situação de cada ator. Nó é o ponto essencial conectado ao terceiro fator rede. Pontos, marcos, nodosidades, podem ser aglomerações socioespaciais como metrôpoles, cidades, lugarejos, ou mesmo grupamentos ainda menores. Em todo caso, como nodosidades de poderes, ou mesmo pontos de poder, o nó deve ser assimilado de maneira relativa:

O que importa saber é onde se situa o Outro, aquele que pode nos prejudicar ou nos ajudar, aquele que possui ou não tal coisa, aquele que tem acesso ou não a tal recurso etc. (RAFFESTIN, 1993, p. 156).

A rede é o terceiro elemento estrutural desse sistema territorial. Rede é urdume oriundo do jogo ou entrecabo de posições, inibições, ascendências, submissões – relações espaciais que, desse modo, criam redes que propiciam a comunicação, mas especialmente, é Raffestin quem escreve, redes que aparecem como “[...] uma imagem do poder, ou mais exatamente, do poder do ou dos atores dominantes.” (1993, p. 157). Pois o que a rede denuncia, semelhante à tessitura e nós, é certa espécie de conquista espacial e temporal que, precisamente, seria a própria imagem desse exercício territorial movido ou fluido concebido por Raffestin:

O sistema é tanto um meio como um fim. Como meio, denota um território, uma organização territorial, mas como fim conta uma ideologia da organização. É, portanto, de uma só vez ou alternadamente, meio e finalidades estratégicas. (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

Tal como em Foucault o poder não é objeto ou mercadoria passível de ser conquistado ou adquirido, para Claude Raffestin o poder territorial está exatamente disposto nessa espacialidade microscópica relacional, engrenagem sem local exclusivo, mas espacialmente liquefeita, por conseguinte, móvel, transitória e sem campo privilegiado de conquista.

Expressão dessa maquinaria espacial é a sua consequente territorialidade, valendo “[...] totalidade de relações biossociais em interação” (RAFFESTIN, 1993, p. 160). Ou seja, assinalando “biossocial” para se compreender territorialidade como resultante de relações estabelecidas pelos fatores microscópicos espaciais referidos — tessitura, nós, redes;<sup>11</sup> escrevendo

<sup>11</sup> Raffestin, com a expressão biossocial, buscaria mais uma aproximação com Foucault. Avizinhação com o conceito de biopoder. Gerado na *História da Sexualidade*, volume I, a ideia de biopoder, ou biopolítica, configurou-se para dizer sobre um

“interação” para acentuar que territorialidade deve ser considerada como resultante de permanente luta de poderes relacionais, logo, sujeita à mobilidade, ou deslocamentos, em função de ações e posições estratégicas de variados atores. Em Raffestin, pois, a territorialidade se distanciou de sua “relação com o território” deixando de ser, então, deduzida de espaço territorial que se dá como conquista oriunda, por exemplo, da propriedade privada ou da determinação de Estado.

No ponto em que estamos, prenderia a atenção Elias Canetti e seu *Massa e Poder* (1983), livro que investiga a natureza primitiva dessas duas grandezas. Volume inoculado de certo gênero de antropologia fenomenológica unida à psicologia e à sociologia, tudo se passa como se o narrador descobrisse ou enxergasse pela primeira vez as multidões e o poder. Canetti, por exemplo, interroga a verdade originária da experiência do poder sem incluir o Estado. Se bem que muitas referências aos príncipes, xamãs e reis existam nesse livro. O caso é que se apreende ali o Estado a partir da referida indagação acerca da realidade originária do poder, que, além disso, confrontado apropriadamente com a força, torna-se visível como poder genuinamente espacial e assimétrico, tão distante da genealogia de Michel Foucault quanto do foucaultiano poder territorial de Raffestin — para estes dois aparecendo o poder como técnica simétrica.

Canetti observa que a força é mais próxima, direta e coercitiva que o poder; ainda que não exclusivamente, ela está ligada a ação física e, entre os animais, o mais adequado seria falar em força e não em poder, já que este não se gasta rapidamente, ao contrário, perdura, é mais genérico e mais amplo que a força, ou seja: “Quando a força dura mais tempo, transforma-se em poder.” (p. 313). O poder se refere a mais espaço e mais tempo, diz Elias Canetti, a boca, então, faltosa de esperança, seria a alegoria da força, pois nela não há tempo nem espaço; em contrapartida, insiste Canetti, a prisão sob esse viés é o alargamento da boca, por conseguinte a figuração do poder, porquanto o local mais desoprimido para alguns passos ao léu do prisioneiro – agitação de uma esperança de vida ou de

poder normativo ou regulador, nascido a partir do século XVIII, cujo objetivo seria a administração ou gestão dos corpos para garantir o ajustamento desses às necessidades produtivas do capital. “O investimento sobre o corpo vivo, sua valorização e a gestão distributiva de suas forças foram indispensáveis [...]” (Foucault, 1980, p. 133) para um processo que buscava acomodar docilmente o crescimento populacional ao avanço das forças de produção/acumulação e sua consequente partilha produtiva desigual. Ora, a expressão de Raffestin, “relações biossociais” ocorre exatamente para observar que tessitura, nós, redes – avistados como maquinaria técnica espacial de regulação e gestão – ordenariam o poder sobre o espaço.

libertação de grilhões, em todo caso, animação sob o olhar interessado e permanentemente destrutivo do carcereiro, mesmo quando esse adotasse zeloso ar de desaparecimento (CANETTI, pp. 313-314).

Canetti, ademais, ilustra essa posição desafivelada do poder descrevendo eventual relação entre o gato e o rato:

O rato, uma vez caçado, encontra-se sob o regime de força do gato; este o agarrou, o mantém preso, sua intenção é matá-lo. Mas, assim que ele começa a *brincar* com o rato, acrescenta algo novo ao relacionamento. Solta-o e permite que ele corra um pouco. Assim que o rato se vira e corre, escapa do regime de força. Mas está em *poder* do gato fazer com que ele retorne. Se o gato permite que o rato se vá definitivamente, este é excluído de sua esfera de poder. Até o ponto em que o rato pode ser alcançado com toda a certeza, ele permanece em poder do gato. O espaço que o gato controla, os momentos de esperança que ele concede ao rato vigiando-o atentamente sem perder o interesse por ele e por sua destruição, tudo isso reunido espaço, esperança, vigilância e interesse destrutivo poderia ser designado como o corpo propriamente dito do poder ou, simplesmente, como o próprio poder. (CANETTI, p. 313).

Não é o caso de se perguntar se o que Canetti descreve seria mais acertadamente potência. Estas duas palavras poder e potência se diferenciam naquilo que a primeira tem de proximidade com a ordem, que, em Canetti, é definida no capítulo imediatamente após ao que tratara dos rudimentos do poder: ordem como veredicto de morte que impõe fuga à vítima (CANETTI, p. 338); ordem como exercício de dominação — um modo no qual se torna evidente a potência.

Rigorosamente, Canetti foi chamado devido a sua espacial narrativa alegórica defrontante com a concepção de um poder foucaultiano que circula ou funciona no espaço como entrelaçamento de disciplinas ou normas. A parábola do gato e o rato também arrosta o território de Raffestin. Nela o poder não é relação que se dispõe a partir do espaço; ao inverso, é certa espécie de bem escasso, que gradualmente se amplia e se alarga no espaço, constituindo desse modo território dependente desse próprio poder. Tratar-se-ia de dizer, então, que o relato de Canetti chamaria atenção para conceito de poder constituído politicamente ao redor do Estado. Poder assimétrico e centralizado no Estado. Portanto, afastado do microscópico, difuso e simétrico poder como quer Foucault e a ideia territorial de Raffestin.

## §

Foucault faz parecer menor, ademais, o poder político ou soberano ao também menoscar, em seu conceito de poder, o viés repressivo, absolutamente necessário, contudo, ao contínuismo de determinada totalidade — o modo de produção capitalista, arranjo espacial e histórico de (re)produção material, além de maneira datada de dominação social. Ocorre que, olhando para o poder como rede de relações não repressivas, mas geradoras de normas e disciplinas “criadoras” de homens, a microscopia de Foucault parece necessitar de alguma indagação:

— Se o poder não exclui e inibe, mas domina as potencialidades humanas para ampliar ao máximo a sua produtividade, de que tempo e parte do mundo a microfísica do poder alude?

Observa Boito Jr. (P.25), que “[...] embora o poder não se dê apenas no Estado, os diversos centros de poder dependem efetivamente da ação legisladora e repressiva do Estado para poderem funcionar como tais.” Como exemplo, a escala dos variados centros de poder referidos por Armando Boito Jr. alcança a escola, a fábrica, o hospital, todos dependentes de regulação do Estado. É possível, porém, agregar outra grandeza escalar insistindo na pergunta:

— Qual o tempo e o território que não reduzem a pó os homens?

Se a concepção é de um poder — quase ia dizendo, gestão — que disciplina ou controla a existência dos homens com o objetivo de se valer ao máximo do potencial humano, o tempo desse poder não são os anteriores ao século da Revolução Dupla política e econômica e nem ainda é o próprio século XIX. O esquitejamento de Robert-François Damiens, em 02 de março de 1757, decalcado de algumas fontes e descrito pelo próprio Foucault no início de *Vigiar e Punir* (1977, pp. 11-13), já demonstraria a despreocupação pelo corpo e por sua produtividade em um mundo ainda orientado pelo ócio e menos pelo negócio.<sup>12</sup>

<sup>12</sup> O século XVIII, pelo viés de Foucault, foi o período de trânsito para a constituição do poder disciplinar e produtivo. Por exemplo: a segunda parte, capítulo 1, do livro *Vigiar e Punir*, inicia-se com uma inscrição reproduzida da chancelaria francesa dando notícia, em 1789, da geral posição dos *cahiers de doléances* em relação às duras punições corporais: “Que as penas sejam moderadas e proporcionais aos delitos, que a de morte só seja imputada contra os culpados assassinos, e sejam abolidos os suplícios que revoltam a humanidade.” (p. 69). Diferentemente da primeira parte desse livro, cujo ponto é, no século XVIII, a condenação pela tortura dos corpos, na segunda parte o que acentua Foucault é uma espécie de paralelismo, que vai aparecendo aqui e ali na segunda metade desse século, dado pelos protestos e pelas obras teóricas contra as torturas dos condenados e por novas resoluções mais exemplares e produtivas tanto para o sentenciado quanto

O fato é que o tempo e o território dos quais se ocupa este normativo poder foucaultiano foi o período fordista, que seguiu da década de 1920 até o final da década de 1970, especialmente a sua acabada realização na chamada era de ouro do capitalismo (HOBBSAWM, 1995), e no seu núcleo orgânico europeu e norte-americano. Foi nesse período e centro que a política, sob alguns aspectos, alcançou certa platitudo resultante de consenso de classe circunjacente ao aumento da produtividade, à importância do salário como realizador de lucros, por conseguinte, à volta dos benefícios gerados aos trabalhadores – como sócios menores – circunvizinhos a um Estado de bem-estar social amparado na social-democracia europeia. Estado ostensivamente regulador, ademais, que teve em Roosevelt e seu *new deal* o parentesco mais antigo.<sup>13</sup>

Trata-se de dizer que Michel Foucault e, adiante, Raffestin escreveram da França e da Suíça; efetivamente, sociedades ocupadas com a gradual e disciplinar gestão da capacidade humana e, portanto, bem mais administradoras da incorporação dos homens à vida social, melhor dizendo, à vida de classe média. Sociedades europeia ocidental e norte-americana, sobretudo até o fim da referida época dourada do capitalismo, fixadoras de poder controlador ou mesmo criador de homens, ampliando, desse modo, a eficácia produtiva ao máximo em benefício da burguesia e seu capital.

O caso é que se o conceito de poder foucaultiano traduz alguma realidade, ele indica também limitação nas estremaduras dessa mesma realidade socioespacial. Pois nas sociedades semiperiféricas e periféricas,<sup>14</sup> mesmo na fase dourada e produtiva do capitalismo, o exercício das potencialidades humanas enxergadas por Foucault, caso tenha ocorrido, deu-se de modo absolutamente precário.<sup>15</sup> Tal como na Europa prole-

---

para a própria sociedade. Dos *cahiers de doléances*, através de Foucault, retiro outro exemplo: “Que os condenados a alguma pena abaixo da morte sejam condenados às obras públicas do país, por um tempo proporcional a seu crime.” (p. 98). Sobre um modelar e reformista livro do período, referência iluminista da história do direito, ver: *Dos Delitos e das Penas*, de Cesare Beccaria, publicado primeiramente em 1764.

<sup>13</sup> Nesta era de ouro de pós-guerra, a regulação política e econômica keynesiana foi a norma do capitalismo produtivo e fordista. O Estado, por exemplo, ostensivamente interpunha suas regras em conjunturas econômicas de crise, garantindo, através de investimentos, a oferta de trabalho. Este Estado, ademais, institucionalizava os sindicatos, regrava o trabalho e fixava os salários.

<sup>14</sup> Na dicção de Giovanni Arrighi: sociedades posicionadas em relação à divisão internacional do trabalho.

<sup>15</sup> O capitalismo, a despeito de sua acumulação reclamar mercadoria e consumo, sustentou-se na marginalização de grande número de população, excluindo, desse modo, o acesso aos recursos naturais e humanos para larga faixa da população da Terra.

tária do século XIX, nesse largo território submetido pelos monopólios o poder não sugere amestramentos, estabelecimento de controles e normas. O ponto é, com exceções sazonais muitas vezes relevantes,<sup>16</sup> que nestas semiperiferias e periferias a determinação do poder se dá de maneira veloz, direta, áspera e irrefreável sobre a maioria de suas populações. Que a burocracia e a técnica, além disso, tenham aprimorado a sua determinação em todo o mundo, a isso não deve seguir olhar cego para visceral indagação — quem determina esse poder? Afinal, em vastas áreas da Terra, ordinariamente, o poder jamais deixou de acentuar o seu domínio em função de necessidades e/ou contradições de classes.

Pertinente neste passo é fazer referência ao neoliberalismo. Curioso notar que Foucault enuncia, com clareza, o seu problema fundamental no período da penúltima grande crise do capitalismo, cujo resultado foi a sabida escapadela para as rendas superiores das finanças.<sup>17</sup> Repare, leitor: se o conceito de poder relacional ou simétrico diz respeito, como observei, ao tempo do fordismo e, principalmente, a sua época de ouro, para Foucault, contudo, esse próprio poder, como problema, vai se assentar em seu discurso no exato momento em que o tempo produtivo fordista vivia a sua ruína, ainda que não tenha sido derrocada absoluta.

Talvez uma ironia aqui ocorra.

Note bem: no mesmo tempo em que aparece o enunciado do poder foucaultiano e, ligeiramente adiante, a ideia de território de Raffestin, está se dando, correlativo à crise de hiperacumulação da “era de ouro” do capitalismo, os passos iniciais para o salto — sobretudo ocidental — para a esfera financeira e neoliberal. A permanência da inteligência foucaultiana, e mesmo do território raffestiniano no específico campo geográfico, talvez se explique, nos anos que vieram,

---

<sup>16</sup> Por exemplo: a era de Getúlio Vargas, no Brasil.

<sup>17</sup> Embora acreditando investigar saberes e conhecimentos, Foucault, adiante, diz que o problema do poder teria sido afinal a sua questão fundamental. Essa tomada de consciência ocorreria no período em que estava em curso mais uma das notáveis crises do capitalismo. É dessa época, dois exemplos, *Microfísica do Poder* e *História da Sexualidade*, volume 1, livros que configurariam a sua compreensão acerca do poder como o foco principal de sua obra. Para Michel Foucault, apenas foi possível essa consciência com a irrupção da revolta da juventude, em 1968, nas sociedades altamente industrializadas. Escreve Foucault, em uma passagem de *Microfísica do Poder*, que só foi possível analisar a mecânica do poder depois de 1968, “[...] a partir das lutas cotidianas e realizadas na base com aqueles que tinham que se debater nas malhas mais finas da rede do poder.” (p.6). Para Foucault, anterior a esse momento, a problemática do poder se dava nos marcos da guerra fria: denúncias trocadas entre o socialismo soviético e o capitalismo ocidental.

por aquilo que sua idéia de poder depreciou do Estado. Afinal, nesse período, especialmente após 2008, nem o próprio núcleo do capitalismo autoriza olhar o seu território como patente manifestação de um poder disciplinar cujo objetivo seria a “criação” de homens em benefício da ampliação produtiva.

Bastaria lembrar que a faixa cronológica que se seguiu a essa crise do capitalismo nucleada no decênio de 1970, além de falências e transferências territoriais de atividades industriais, fez perder a conectividade entre salário e produtividade. Tudo isso propiciado pelo desenvolvimento das comunicações reais e virtuais, pela banca, e pela desregulamentação do Estado — cuja ação fora alterada em benefício deste neoliberalismo renovador da acumulação primitiva.<sup>18</sup>

Parece, então, que a referida norma ou regulação dos indivíduos em relação às exigências produtivas do capitalismo, valendo poder ou gestão de corpos para assegurar o máximo potencial humano e, ademais, disciplinar a incorporação dos homens à vida social, dir-se-ia à vida de classe média, não percute na realidade neoliberal. Ainda agora, setembro de 2012, desdobramento da última grande crise do capitalismo estalada em 2008, o poder na Europa dita inflexão absoluta em direção ao desmonte da sociedade de bem-estar social, obscurecendo, assim, as enormes possibilidades do homem europeu. Desemprego, perda de garantias sociais, aumento de anos de trabalho, crise na classe média<sup>19</sup> — algumas das realizações neoliberais — dizem mais de um puro domínio triturador de homens que de o poder difuso criador e gestor de indivíduos.<sup>20</sup>

<sup>18</sup> A desconexão produtividade-salário está expressa no rebaixamento global dos salários em função do anúncio financeiro por maiores lucros em papéis do que em bens e serviços e na extração ampliada de mais-valia, que rompeu todas as fronteiras ao incorporar cerca de 1,2 bilhão de novos trabalhadores ao sistema. Essa fratura keynesiana, aliás, foi largamente compensada pela hipertrofia de crédito e pelo barateamento do consumo.

<sup>19</sup> Diversa da velha pequena burguesia, a constituição da classe média vinculada, por exemplo, à burocracia de Estado, à publicidade nos meios de comunicação, à expansão da educação e da saúde, pelo viés do econômico, foi possível devido ao crescimento do antivalor, ou “custos mortos”, propiciados pela enorme expansão do trabalho produtivo no fordismo. Sobre as tribulações da classe média enxergada a partir da Europa, ver SCHOLZ, 2008.

<sup>20</sup> Entre 10 de janeiro e 04 de abril de 1979, Foucault dera um curso sobre o estágio e o propósito de suas investigações realizadas no ano imediatamente anterior. Compilado após a sua morte, foi publicado sob o título de *Nascimento da Biopolítica*, originalmente em Paris, no ano de 2004. O livro é o primeiro segmento, que examina o aparecimento do liberalismo e suas formas contemporâneas alemã e estadunidense, de um projeto que procurava articular biopolítica e liberalismo. O plano geral do curso buscava demonstrar que o condicionante necessário para a apreensão da biopolítica é o liberalismo; liberalismo como

Não obstante, o poder em Foucault propiciaria alguma aproximação com o proselitismo neoliberal, exatamente naquilo que não concebe como matéria privilegiada ou objeto institucionalmente figurado no Estado — o poder político. Sob esse ângulo, talvez não fosse má conclusão avistar o poder simétrico e relacional como um dos instrumentos do neoliberalismo dissimulador do importante papel do Estado na regulação da contemporânea acumulação primitiva.

## §

Em relação ao exclusivo campo geográfico, como procurei observar, toda essa concepção microscópica de Foucault foi o importantíssimo viés que, influenciando largamente *Por uma Geografia do Poder*, tornou possível o aparecimento de outra proposição de território. De fato, a ideia de produção territorial do espaço se inscrevendo em um campo de guerra é expressão espacial de esse poder relacional.

Curioso acontecimento: desde que surgiu, a obra de Foucault foi alvo de vivo interesse. Ainda hoje, como apropriadamente lembra Boito Jr. (pp.17-18), é examinada e discutida. A geografia brasileira, fortemente influenciada por noção de território marcadamente oriunda da obra de Foucault parece, contudo, não ter tido consciência da progênie desse conceito. Consciência textual e não pontualmente referida.

Variações ou paráfrases ao redor do enunciado territorial de Raffestin, mais se explicariam caso fossem confrontadas com a sua radical procedência. O conhecimento acabado dessa origem necessariamente implicaria, antes da assunção do território raffestiano, acareamento com o conceito de poder de Foucault. Territórios compreendidos a partir de espaços inoculados de relações de poder, tais como os territórios sazonais ou territorialidades micro, explicados em função de eventual apropriação de espaços por grupos ou membros dessas coletividades, talvez fossem mais bem discutidos se a raiz dessas metáfrases estivesse no horizonte da investigação. Afinal, sem o reconhecimento da microfísica de Foucault diminuinte do poder enquadramento regulatório desse biopoder, cuja expressão seria o *homo oeconomicus*: “Ou seja, a superfície de contato entre o indivíduo e o poder que se exerce sobre ele, por conseguinte o princípio de regulação do poder sobre o indivíduo, vai ser essa espécie de grade do *homo oeconomicus*. O *homo oeconomicus* é a interface do governo e do indivíduo. E isso não quer dizer de forma alguma que todo indivíduo, todo sujeito, é um homem econômico.” (Foucault, 2008, pp. 345-346). Sob o ponto de vista deste artigo, o comentário provisório é que Foucault aparenta, já que o plano geral do curso não foi completado, querer alargar a ideia original de biopoder, nascida em sua *História da Sexualidade*, para além da estremadura fordista, em um período, final da década de 1970, no qual o neoliberalismo em sua formação acabada ainda não tinha se constituído.



centralizado no Estado, toda uma extensão geográfica ligada ao território sazonal-microscópico estaria comprometida.

## §

Outro aspecto absolutamente essencial ao quadro desta discussão é necessário agora incorporar.

O fato é que, por exemplo, territorialidades assimiladas como espaços afetivos produzidos – ou concretizações espaciais subjetivas e emocionais de variados semblantes – descortinam tão grande determinação da cultura no espaço que, propiciada pelo campo foucaultiano, transformá-la-ia no fator cuja posição estratégica daria ocasião para o exercício privilegiado do poder territorial.

A razão mais abstrata desse ponto de vista parece ser a própria mudança de paradigma da cultura. Uma nova etapa que transformou tudo em cultura com o advento do neoliberalismo. É de se notar que enquadramentos desse porte necessariamente procedem de ocorrências que marcam a própria direção dos processos históricos. Esse novo modelo ou padrão cultural foi batizado com nome que ganhou popularidade autoexplicativa: pós-modernidade, nova craveira da cultura que apareceria da extenuação imperfeita do moderno, fazendo fraudulentamente parecer menor a política e o trabalho,<sup>21</sup> valendo economia enxergada como simples técnica, significando dizer, neste caso, que a reprodução capitalista não mais é enxergada como economia política, senão como economia cultural.<sup>22</sup>

O novo gabarito pós-moderno da cultura, portanto, teria sido o inoculador mais geral dessas perspectivas territoriais que medraram na Geografia. Traduzida geograficamente por Raffestin, contudo, a contribuição de Foucault foi importantíssima nesse processo, pois sem a sua microfísica – sem o seu conceito de poder – essas territorialidades não alcançariam àquela

<sup>21</sup> Considerada, doravante, a cultura como explicadora em última instância do real, ela apareceria flutuando agora acima das estruturas socioeconômicas e, portanto, espaciais, por conseguinte deixando de se desenvolver como edifício integrado a essas estruturas; ideologicamente onipresente, a cultura transformada em fetiche deixou de existir e se explicar no interior da história das relações sócioespaciais de produção para se autoproclamar efetivo motor, produtor, ou ainda fiador dessa mesma história.

<sup>22</sup> Bom exemplo são os velhos núcleos urbanos transformados em centros históricos; cidades, transformadas elas mesmas em mercadorias culturais através dos enobrecimentos urbanos.

Uma boa síntese desse novo modelo se encontra em Otilia Arantes (2002). Ver especialmente Fredric Jameson (1996). Interessante também é texto de David Harvey ao redor da renda de monopólio e da transformação da cultura em commodity (2006).

espessura espacial credora de variadas pesquisas na esfera geográfica, dado que território algum se constitui sem o poder. A concepção de esse poder relacional, portanto, tem sido o fiador de engenharias territoriais que se desejam densamente explicadoras do espaço geográfico.

Todos os três parágrafos anteriores não significam negar possíveis abordagens culturais do espaço. Independentemente de suas eventuais sazonalidades, a simples presença urbana ou rural de homens e mulheres, uma feira, e até mesmo o fechamento transitório de ruas e viadutos podem, claro, descobrir a vivacidade de espaços usados afetivamente. Enquadramentos espaciais etnológicos da geografia humanística autorizam, sim, certa espécie de demonstração antropológico-espacial de práticas ou usos outros. O problema é o prolongamento dessas práticas em extensões territoriais não indagadoras de seu tempo histórico, mas fundamentalmente asseveradas pela posição estratégica da cultura, o pós-modernismo, e pela implícita ou subjacente microfísica simétrica e relacional constituidora do campo de poder raffestiniano.

O preciso ponto é que essas socioespacialidades emolduradas pela cultura se apresentam despregadas de condições econômicas de existência; certa substância sólida ou material que, ao fim e ao cabo, demonstraria que a própria cultura – explicadora privilegiada dessas socioespacialidades – procede de um modo de produzir e trocar produtos, derivando, portanto, de uma economia política e não de economia cultural.

À vista disso, não seria inoportuno recuperar a citada atenção metodológica do campo de poder de Raffestin, pois concedendo prerrogativa a fatores (micro) estruturais do espaço na constituição do território parece dissolver, com o importante amparo da ideia simétrica e relacional de poder, o fato histórico básico que resulta da satisfação das necessidades essenciais para a sobrevivência dos homens. Fato histórico que é também fato geográfico, pois a vida do homem medra somente quando carências originais, tais como alimentação, vestuário, habitação, são satisfeitas. Os homens, portanto, veem-se obrigados a produzir seus meios de subsistência, que nascem primariamente da relação homem-natureza – relação que constitui o primeiro fato histórico, indiciando, portanto, que o trabalho é que propicia a produção da vida humana.

Evidentemente, a satisfação dessas primeiras necessidades adiante implicou em outras necessidades, de tal modo que, a começar da caverna, os homens alcançaram hoje as cidades e metrópoles do capitalismo em um processo que, principiado naquele fato histórico primevo constituído ao redor da carência, do

trabalho e do grupamento familiar, acrescentou relações socioespaciais correspondentes a cada fase do avanço das forças produtivas. A supracitada prerrogativa de partes (micro) estruturais funcionalmente integradas no espaço dissipa a história como desenvolvimento das relações (socioespaciais) de produção, por conseguinte, afasta-se de uma apreensão que não perde do horizonte certa totalidade concreta, valendo complexa sociedade burguesa que elucida as referidas relações socioespaciais de produção como relações de classe, definida esta a partir de sua posição ou situação em relação aos meios de produção.<sup>23</sup>

Tudo isso para dizer, parágrafo final, que o campo de poder relacional, distante da sobredita alegoria narrada por Canetti e assegurador, pelo menos no Brasil, da posição determinante da cultura em diversos estudos geográficos, não permite melhor considerar a história no relacionamento do espaço com a sociedade, ou seja, não dá lugar à conexão do território aos estudos de origem e de desenvolvimento da aludida totalidade econômica e política.

## Referências bibliográficas

AMBROZIO, Júlio. "O Estágio Atual do Capital e o Estado de Dúvida civilizacional". **Revista de Geografia – UFJF**, www.ufjf.br/revistageografia, v.1, n.1., 2011, pp.83-91.

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do Desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1997.**

BECCARIA, Cesare. **Dos Delitos e das Penas. SP: Martins Fontes, 2ª ed., 1996.**

BOITO JR., Armando. **Estado, Política e Classes Sociais – ensaios teóricos e históricos. SP: UNESP, 2007.**

CANETTI, Elias. **Massa e Poder. DF/SP: ed. Universidade de Brasília/Melhoramentos, 1983.**

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra. Sintra: Europa-América, sd.**

FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Clínica. RJ: Forense-Universitária, 1977.**

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir. Petrópolis: Vozes, 1977.**

\_\_\_\_\_. **História da Loucura. SP: Perspectiva, 1978.**

\_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder. RJ: Graal, 1979.**

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade 1, a vontade de saber. RJ: Graal, 3ª ed., 1980.**

\_\_\_\_\_. **Nascimento da Biopolítica. SP: Martins Fontes, 2008.**

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço. SP: Annablume, 2006.**

<sup>23</sup> O *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848, naturalmente é obra fundamental para a leitura das classes e seu papel na história. Em Sedi Hirano (2002), o confronto entre estamento e classes sociais demonstra que a sociedade de classes é datada historicamente.

HOBBS, Thomas. **Leviatã. SP: ed. Abril, 2ª ed., 1979.**

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos, o breve século XX, 1914-1991. SP: Cia das Letras, 1995.**

HIRANO, Sedi. **Castas, Estamento & Classes Sociais. Campinas: ed. Unicamp, 2002.**

JAMESON, Fredric. **Pós-Modernismo, a lógica cultural no capitalismo tardio. SP: Ática, 1996.**

LEBRUN, Gérard. **O que é o Poder. SP: ed. Brasiliense, 1981.**

\_\_\_\_\_. **Passeios ao Léu. SP: ed. Brasiliense, 1983.**

MARICATO, E.; ARANTES, O.; VAINER, C. **A Cidade do Pensamento Único. Petrópolis: Vozes, 3ª ed., 2002.**

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder. SP: ed. Ática, 1993.**

SCHOLZ, Roswitha. "O Ser-se Supérfluo e a "Angústia da Classe Média", **Exit!**, <http://obeco.planetaclix.pt/>, acesso em 22/08/2012.